



**A RELAÇÃO ENTRE EXTREMISMO IDEOLÓGICO E ANTIPARTIDARISMO:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA O CASO BRASILEIRO**

**THE RELATIONSHIP BETWEEN IDEOLOGICAL EXTREMISM AND ANTI-
PARTYISM: THEORETICAL PERSPECTIVES FOR THE BRAZILIAN CASE**

**LA RELACIÓN ENTRE EXTREMISMO IDEOLÓGICO Y ANTIPARTIDISMO:
PERSPECTIVAS TEÓRICAS PARA EL CASO BRASILEÑO**



10.56238/bocav25n76-002

Laura Chelidonopoulos

Doutoranda em Ciência Política

Instituição: University of Pittsburgh

E-mail: laurabeghinic@gmail.com

RESUMO

Nas últimas décadas, antipartidarismo e extremismo ideológico tornaram-se fenômenos importantes no debate sobre comportamento político em democracias contemporâneas. No entanto, embora frequentemente coexistam em contextos de crise política e polarização, sua relação permanece subexplorada na literatura. Este artigo realiza uma revisão da literatura sobre os dois fenômenos com o objetivo de identificar mecanismos teóricos que os conectam e de situar esse debate no caso brasileiro. Argumentamos que o extremismo ideológico pode contribuir para a produção de atitudes antipartidárias por meio de dois mecanismos: um representativo, pelo qual eleitores extremos encontram pouca correspondência nos partidos do *mainstream*; e um contextual-afetivo, pelo qual, em cenários de alta polarização, a hostilidade emocional associada ao radicalismo se estende ao sistema partidário como um todo. O Brasil, com sua trajetória de acumulação de crises entre 2013 e 2018 e com o crescimento simultâneo do extremismo de direita e do antipartidarismo generalizado, constitui um laboratório privilegiado para investigar essa relação. Ao mapear o debate existente e propor uma agenda empírica, o artigo busca contribuir tanto para a literatura brasileira de comportamento político quanto para o debate comparado sobre as condições que fragilizam as democracias contemporâneas.

Palavras-chave: Antipartidarismo. Extremismo Ideológico. Polarização. Comportamento Político. Brasil.

ABSTRACT

In recent decades, anti-party sentiment and ideological extremism have become important phenomena in the debate on political behavior in contemporary democracies. However, although they often coexist in contexts of political crisis and polarization, their relationship remains underexplored in the literature. This article reviews the literature on these two phenomena with the aim of identifying theoretical mechanisms that connect them and situating this debate within the Brazilian context. We argue that ideological extremism can contribute to the production of anti-party attitudes through two mechanisms: a representative one, whereby extremist voters find little correspondence in mainstream parties; and a contextual-affective one, whereby, in scenarios of high polarization, the emotional hostility associated with radicalism extends to the party system as a whole. Brazil, with its trajectory of accumulating

crises between 2013 and 2018 and with the simultaneous growth of right-wing extremism and widespread anti-party sentiment, constitutes a privileged laboratory for investigating this relationship. By mapping the existing debate and proposing an empirical agenda, this article seeks to contribute both to the Brazilian literature on political behavior and to the comparative debate on the conditions that weaken contemporary democracies.

Keywords: Anti-party Sentiment. Ideological Extremism. Polarization. Political Behavior. Brazil.

RESUMEN

En las últimas décadas, el sentimiento antipartidista y el extremismo ideológico se han convertido en fenómenos importantes en el debate sobre el comportamiento político en las democracias contemporáneas. Sin embargo, aunque a menudo coexisten en contextos de crisis política y polarización, su relación permanece poco explorada en la literatura. Este artículo revisa la literatura sobre estos dos fenómenos con el objetivo de identificar los mecanismos teóricos que los conectan y situar este debate en el contexto brasileño. Argumentamos que el extremismo ideológico puede contribuir a la producción de actitudes antipartidistas a través de dos mecanismos: uno representativo, mediante el cual los votantes extremistas encuentran poca correspondencia en los partidos mayoritarios; y otro contextual-afectivo, mediante el cual, en escenarios de alta polarización, la hostilidad emocional asociada al radicalismo se extiende al sistema de partidos en su conjunto. Brasil, con su trayectoria de crisis acumuladas entre 2013 y 2018 y con el crecimiento simultáneo del extremismo de derecha y el sentimiento antipartidista generalizado, constituye un laboratorio privilegiado para investigar esta relación. Al mapear el debate existente y proponer una agenda empírica, este artículo busca contribuir tanto a la literatura brasileña sobre comportamiento político como al debate comparativo sobre las condiciones que debilitan las democracias contemporáneas.

Palabras clave: Sentimiento Antipartidista. Extremismo Ideológico. Polarización. Comportamiento Político. Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, duas tendências têm desafiado os estudos de comportamento político em democracias contemporâneas: a ascensão do antipartidarismo e o crescimento do extremismo ideológico. O primeiro refere-se à rejeição das agremiações partidárias como instituições representativas legítimas, fenômeno distinto do mero desinteresse político e com consequências específicas para a qualidade democrática. O segundo diz respeito ao posicionamento nos extremos do espectro ideológico esquerda-direita, frequentemente associado a intolerância política, polarização afetiva e suscetibilidade a apelos antissistema. Embora ambos os fenômenos tenham ocupado, separadamente, espaço crescente na agenda de pesquisa da Ciência Política, sua relação permanece subexplorada, especialmente no contexto das democracias do Sul Global.

O Brasil constitui um caso privilegiado para investigar essa interseção. Ao longo da última década, o país vivenciou uma combinação de fatores: a intensificação do antipartidarismo, que evoluiu não apenas de uma rejeição centrada no Partido dos Trabalhadores (PT) para uma desafeição generalizada em relação ao sistema partidário (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2020; 2021); a ascensão de uma liderança antissistema que capitalizou esse movimento (HUNTER; POWER, 2019); e uma reorganização de parcela do eleitorado em torno de posições ideológicas de direita (FUKS; MARQUES, 2021; RENNÓ, 2020). Nesse contexto, examinar como o extremismo ideológico e o antipartidarismo se articulam, e como essa articulação é potencializada por dinâmicas de polarização e radicalização política, torna-se relevante para a compreensão das transformações recentes da democracia brasileira (AVRITZER; RENNÓ, 2026).

A motivação deste trabalho reside precisamente nessa lacuna. A literatura internacional sobre antipartidarismo raramente trata o extremismo ideológico como variável explicativa central, ao passo que os estudos sobre extremismo se concentram, em geral, nos seus efeitos sobre participação política, polarização afetiva e atitudes democráticas, sem aprofundar sua relação com a rejeição partidária. No Brasil, a situação não é diferente: há poucos trabalhos que abordam o extremismo ideológico diretamente como fator explicativo (RIBEIRO; BORBA, 2020), enquanto o campo do antipartidarismo, embora em crescimento, ainda apresenta lacunas significativas (CHELIDONOPOULOS, 2022).

Neste artigo, realizamos uma revisão da literatura com o objetivo de (1) mapear o estado do debate sobre antipartidarismo e extremismo ideológico; (2) identificar os principais mecanismos teóricos que os conectam; e (3) propor uma agenda de investigação para o caso brasileiro. O argumento central é que esses fenômenos não são independentes: em contextos de alta polarização e radicalização política (como o Brasil vivenciou especialmente entre 2013 e 2018), indivíduos ideologicamente extremos tendem a apresentar maiores níveis de rejeição partidária, sobretudo em sua forma

generalizada, que vai além da desafeição com um partido específico. Compreender essa relação é fundamental para entender as ameaças contemporâneas às democracias.

O artigo está organizado da seguinte forma. Na primeira seção, revisamos o conceito de antipartidarismo, sua distinção em relação ao partidarismo negativo e suas consequências para a democracia. Na segunda, abordamos o extremismo ideológico, desde suas formulações clássicas até as abordagens mais recentes. Na terceira seção, central ao argumento, construímos sobre a relação entre os dois fenômenos, identificando mecanismos e condicionantes contextuais. Na quarta seção, situamos a discussão no caso brasileiro, articulando a trajetória do antipartidarismo e do extremismo ideológico no país às condições estruturais e conjunturais que a tornaram relevante. Concluimos com considerações finais e uma agenda de pesquisa.

2 ANTIPARTIDARISMO: CONCEITO, DEBATE E CONSEQUÊNCIAS

A centralidade dos partidos políticos para o funcionamento das democracias representativas é amplamente reconhecida na literatura de Ciência Política. Os partidos estruturam a competição eleitoral, organizam preferências e medeiam a relação entre cidadãos e governantes. Nesse contexto, o estudo do vínculo entre eleitores e partidos — o partidarismo — tornou-se fundamental para a compreensão do comportamento político. A obra seminal de Campbell et al. (1960), *The American Voter*, estabeleceu o conceito de identificação partidária como uma das mais poderosas influências sobre o comportamento eleitoral: um vínculo afetivo de longo prazo que orienta o voto e filtra percepções políticas.

A partir das décadas de 1970 e 1980, estudos comparados passaram a documentar um declínio desse vínculo em diversas democracias ocidentais, fenômeno denominado *partisan dealignment* (DALTON; FLANAGAN; BECK, 1984). Paralelamente, surgiu um crescente interesse pelo antipartidarismo, entendido não apenas como a ausência de identificação positiva com partidos, mas como uma orientação ativa de rejeição ou desafeto em relação às agremiações partidárias como instituições (POGUNTKE, 1996; POGUNTKE; SCARROW, 1996; TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002; MESEGUER YEBRA, 1998). Torcal, Gunther e Montero (2002) distinguem o antipartidarismo da mera apatia ou desinteresse político: o antipartidário não é indiferente aos partidos, mas os rejeita ativamente como representantes legítimos do interesse público. Nesse sentido, o antipartidarismo é um fenômeno de natureza política e não de alheamento da esfera pública.

Essa distinção é relevante porque o antipartidarismo tem consequências específicas para a qualidade democrática. Diferentemente do eleitor apolítico, o antipartidário tende a desenvolver atitudes de desconfiança institucional mais ampla e intolerância política (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2021), o que pode fragilizar o apoio ao regime democrático. Em países onde os partidos são os principais canais de representação, a difusão dessas atitudes pode criar espaço para lideranças

antissistema que capitalizam sobre o descontentamento com as estruturas partidárias tradicionais, fenômeno amplamente documentado na literatura comparada sobre populismo e erosão democrática (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

Um conceito relacionado, mas analiticamente distinto, é o de partidarismo negativo (*negative partisanship*). Rose e Mishler (1998) e, mais recentemente, Medeiros e Noël (2014) caracterizam o partidarismo negativo como a rejeição a um partido específico, em geral àquele que se opõe ao partido com o qual o indivíduo se identifica positivamente. O partidarismo negativo pressupõe, portanto, uma identificação positiva prévia com um partido rival, ao passo que o antipartidarismo refere-se à rejeição do sistema partidário como um todo ou de múltiplos partidos simultaneamente. Abramowitz e Webster (2018) demonstram, no contexto norte-americano, que a polarização crescente transforma o partidarismo cada vez mais em uma orientação motivada pela aversão ao partido adversário, gerando o paradoxo de eleitores que expressam desafeição pelos partidos em geral, mas comportam-se eleitoralmente como fervorosos partidários. Esse fenômeno, relevante principalmente em sistemas bipartidários, apresenta dinâmicas distintas em contextos multipartidários, como o brasileiro, onde a rejeição pode se estender a múltiplas agremiações sem que haja uma identificação positiva compensatória com qualquer outro partido.

A literatura distingue ainda diferentes graus de intensidade do antipartidarismo. No caso brasileiro, Fuks, Ribeiro e Borba (2020; 2021) propõem uma tipologia de três categorias: não-antipartidários (aqueles que não rejeitam os principais partidos do sistema), antipartidários moderados (que rejeitam um ou dois partidos) e antipartidários generalizados (aqueles que rejeitam simultaneamente todos os principais partidos). Essa distinção é analiticamente útil porque captura uma dimensão antissistema que as medidas binárias ou contínuas não conseguem expressar adequadamente: o antipartidarismo generalizado representa uma rejeição não apenas de partidos específicos, mas das estruturas de representação partidária como um todo.

Por fim, o antipartidarismo é especialmente pronunciado em contextos em que os partidos historicamente não conseguiram criar vínculos sólidos com o eleitorado (MAINWARING; TORCAL, 2006). Essa situação é frequente em democracias mais jovens da América Latina, onde a fragilidade dos sistemas partidários torna os eleitores mais suscetíveis à rejeição institucional diante de crises de desempenho governamental, escândalos de corrupção e deterioração econômica. Nessas condições, o antipartidarismo tende a se expandir rapidamente e a assumir formas mais radicais, favorecendo o surgimento de *outsiders* políticos e lideranças populistas que se apresentam como alternativas ao sistema.

3 EXTREMISMO IDEOLÓGICO: RAÍZES E MANIFESTAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O interesse no extremismo ideológico remonta aos estudos clássicos sobre as bases sociais da democracia e do autoritarismo. Lipset (1959) já alertava para os riscos que posições extremas e intolerantes representavam para a estabilidade democrática, enquanto Dahl (1997) enfatizava como o antagonismo entre grupos, frequentemente exacerbado por posições radicais, ameaçava a convivência política pluralista. Nessa perspectiva clássica, o extremismo era compreendido principalmente como um fator de desestabilização, capaz de produzir intolerância, antagonismo de grupo e, em última instância, erosão das normas democráticas. Lipset e Rokkan (1967) acrescentaram a dimensão estrutural ao argumento, mostrando como clivagens sociais intensas, especialmente quando combinadas com crises econômicas e de legitimidade, alimentam os extremos do espectro político.

Ao longo das décadas seguintes, a atenção à dimensão do eleitorado ganhou centralidade. Converse (1964) questionou a capacidade do cidadão médio de organizar suas preferências políticas de maneira coerente em termos ideológicos, sugerindo que a maioria dos eleitores não possui “sistemas de crenças” estruturados. Esse debate foi retomado e refinado por Feldman (1988), Stimson (2004) e Ellis e Stimson (2012), que mostraram que, mesmo sem consistência ideológica formal, os eleitores utilizam rótulos ideológicos de forma identitária: posicionar-se no extremo do espectro pode ser tanto uma escolha programática quanto uma expressão de identidade de grupo.

O debate contemporâneo sobre extremismo ideológico ganhou novos contornos com a crescente polarização política em democracias estabelecidas. Abramowitz (2010) demonstrou que, nos Estados Unidos, a polarização ideológica no nível de massa não é apenas um fenômeno de elite: parcelas significativas do eleitorado adotaram posições mais extremas, especialmente nos extremos do espectro partidário. Rogowski (2014) mostra que a divergência ideológica entre candidatos pode reduzir as taxas de participação eleitoral ao afastar cidadãos com menor sofisticação política, enquanto Rogowski e Sutherland (2016) documentam como o extremismo potencializa a polarização afetiva, entendida como a hostilidade emocional em relação ao grupo político adversário, entre indivíduos mais radicais.

A dimensão da polarização afetiva é especialmente relevante para o argumento deste artigo. Quando a divergência ideológica se soma à intensidade emocional, o fenômeno deixa de ser apenas sobre posições de política pública e passa a ser sobre identidades de grupo em conflito. Nesse contexto, os partidos mainstream, percebidos como incapazes de representar posições extremas ou como parte de um *establishment* corrompido e indiferente ao cidadão, tornam-se alvos privilegiados de desconfiança e rejeição. Inglehart e Norris (2019), em perspectiva comparada, demonstram que um “backlash cultural” entre eleitores com valores mais autoritários e tradicionais alimenta apoio a candidatos e partidos populistas, frequentemente caracterizados por discurso antissistema e antipartidário. Esse processo é especialmente saliente em democracias com legado autoritário, onde,

como argumenta Jou (2016), os cidadãos tendem a expressar posições mais extremas no espectro ideológico em função das experiências históricas de regimes não democráticos.

O elo entre extremismo ideológico e ameaças à democracia é extensamente documentado. Mainwaring e Pérez-Liñán (2013) argumentam que a radicalização ideológica de partidos e lideranças tende a produzir crises de governabilidade e erosão do apoio democrático. Graham e Svobik (2019) e Svobik (2019) mostram que eleitores com posições extremas tendem a tolerar mais facilmente violações das normas democráticas por candidatos que apoiam — um fenômeno especialmente preocupante em contextos de alta polarização. Além disso, Levitsky e Ziblatt (2018) detalham como líderes com retórica antidemocrática chegam ao poder precisamente quando o eleitorado extremado não faz da integridade democrática uma condição inegociável.

Em democracias mais jovens e sistemas políticos menos institucionalizados, o extremismo ideológico apresenta características específicas. A combinação de baixa confiança institucional, sistemas partidários frágeis e crises de desempenho governamental tende a ampliar o espaço para posicionamentos radicais e candidatos antissistema. Para além dos contextos europeus e norte-americanos estudados por essa literatura, o Brasil constitui um caso ilustrativo desse processo na América Latina, com a emergência de uma liderança de perfil radical que capitalizou sobre o descontentamento político (HUNTER; POWER, 2019).

4 A RELAÇÃO ENTRE EXTREMISMO E ANTIPARTIDARISMO: CONSTRUINDO O ARGUMENTO

A conexão entre extremismo ideológico e antipartidarismo não tem sido objeto de investigação sistemática na literatura de comportamento político, seja na produção internacional ou na brasileira. Os estudos sobre antipartidarismo concentram-se, em geral, em fatores como desempenho governamental, corrupção percebida, desconfiança institucional e características sociodemográficas (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002; SAMUELS; ZUCCO, 2018). Os estudos sobre extremismo, por sua vez, privilegiam seus efeitos sobre a participação política, a polarização afetiva e as atitudes democráticas (ABRAMOWITZ, 2010; ROGOWSKI, 2014; SVOLIK, 2019). Embora ambas as tradições se desenvolvam em contextos semelhantes de polarização, desconfiança e crise de representação, há poucos trabalhos que estabelecem um diálogo explícito entre elas. No Brasil, essa lacuna é ainda mais pronunciada: a literatura sobre extremismo é incipiente (RIBEIRO; BORBA, 2020), e o campo do antipartidarismo, embora mais consolidado, raramente incorpora o extremismo como variável explicativa (CHELIDONOPOULOS, 2022).

Este artigo propõe dois mecanismos teóricos pelos quais o extremismo ideológico pode contribuir para a produção de atitudes antipartidárias, especialmente em sua forma generalizada.

4.1 MECANISMO 1: REPRESENTAÇÃO

O primeiro mecanismo é de natureza representativa. Em geral, os partidos de uma democracia tendem a se concentrar em posições moderadas do espectro ideológico, o que pode ser visto como uma tentativa de maximizar sua base eleitoral (DOWNS, 1957). Essa lógica da competição produz uma convergência programática que, embora eficiente eleitoralmente, pode deixar desatendidos eleitores nos extremos do espectro, especialmente em contextos altamente polarizados. Para o indivíduo ideologicamente extremo, os partidos mainstream aparecem como representantes inadequados de suas preferências, percebidos como programaticamente distantes, excessivamente moderados ou comprometidos com um consenso político que não contempla suas convicções.

Nessa lógica, o extremismo ideológico contribuiria para a rejeição partidária não por desinteresse ou apatia política, mas exatamente ao contrário: pela intensidade das convicções que o eleitor carrega. Quanto mais extrema for a posição ideológica do indivíduo, maior tende a ser a distância percebida em relação aos partidos do sistema e, com ela, a probabilidade de que manifeste alguma forma de antipartidarismo. Esse mecanismo é coerente com a literatura sobre distância ideológica e escolha eleitoral (DOWNS, 1957; ROGOWSKI, 2014): eleitores ideologicamente mais afastados dos partidos disponíveis tendem a avaliá-los de forma mais negativa e, em alguns casos, a expressar menor confiança nas instituições de representação como um todo (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002). No limite, quando nenhum partido parece representar adequadamente suas posições, o eleitor extremo pode chegar a rejeitar o próprio sistema como ilegítimo.

4.2 MECANISMO 2: CONTEXTO E POLARIZAÇÃO AFETIVA

O segundo mecanismo é contextual e tem dimensão afetiva. Em cenários de alta polarização política, caracterizados por intensa animosidade entre grupos e elevada saliência do conflito político, o extremismo ideológico tende a se combinar com hostilidade emocional em relação a adversários. Iyengar et al. (2012) mostram que a polarização afetiva — a hostilidade emocional entre grupos partidários — é um fenômeno ancorado em dinâmicas de identidade de grupo, distinto da mera divergência de posições em políticas públicas. Rogowski e Sutherland (2016) complementam essa perspectiva ao demonstrar que a divergência ideológica entre figuras políticas intensifica precisamente essas respostas afetivas entre os mais radicais no espectro, sugerindo que extremismo e hostilidade afetiva se reforçam mutuamente em contextos de alta polarização.

Essa hostilidade emocional pode se estender ao próprio sistema partidário. Em contextos nos quais os partidos mainstream são associados à corrupção, ao fracasso econômico ou ao conluio entre elites políticas, percepções frequentes em momentos de crise institucional (TORCAL; GUNTHER; MONTERO, 2002; MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013), o eleitor extremado encontra incentivos adicionais para rejeitar o sistema como um todo. Nesse processo, a polarização afetiva transforma o

antipartidarismo de uma atitude de distância representativa (“o partido não me representa”) em uma atitude de hostilidade ativa (os partidos são corruptos, incompetentes ou parte do problema). Inglehart e Norris (2019) mostram como esse *backlash* cultural se articula com desconfiança institucional difusa para produzir apoio a candidatos antissistema que canalizam o descontentamento contra os partidos estabelecidos, dinâmica que encontra correspondência no perfil de lideranças como a de Jair Bolsonaro no Brasil.

4.3 A DEPENDÊNCIA CONTEXTUAL

Um aspecto central do argumento é que a relação entre extremismo e antipartidarismo não é estática: ela é potencializada em contextos de crise política, escândalos de corrupção e alta polarização, e tende a ser mais fraca em períodos de estabilidade e menor saliência política. Essa dependência contextual explica por que o mesmo conjunto de eleitores pode apresentar, em momentos distintos, diferentes intensidades de rejeição partidária.

A literatura sobre efeitos contextuais em comportamento político oferece suporte para essa ideia. Ames e Smith (2010) mostram que o impacto de variáveis políticas sobre o comportamento eleitoral varia conforme as condições do contexto. A literatura sobre populismo (INGLEHART; NORRIS, 2019; MUDDE; KALTWASSER, 2018) sugere que o discurso antissistema, frequentemente associado ao extremismo ideológico, ganha força em momentos de crise econômica e política, quando a desconfiança nas instituições se aprofunda. Nesse sentido, o extremismo não produz antipartidarismo de forma linear e mecânica: ele é mediado pelo contexto político, e sua força como determinante da rejeição partidária varia conforme o grau de crise, polarização e disponibilidade de alternativas políticas antissistema.

Além disso, a presença de um líder ou candidato antissistema pode atuar como catalisador da relação entre extremismo e antipartidarismo generalizado. Quando uma liderança carismática, identificada como radical e oposta ao *establishment*, oferece uma alternativa ao sistema partidário, eleitores extremados encontram um canal de expressão para sua rejeição às agremiações tradicionais. A combinação de radicalismo ideológico e antipartidarismo torna-se, nesses casos, não apenas uma atitude individual difusa, mas uma identidade política mobilizável eleitoralmente. É precisamente esse processo que os estudos sobre a ascensão do bolsonarismo no Brasil sugerem ter ocorrido a partir de 2018, como discutiremos na próxima seção.

5 O CASO BRASILEIRO: RADICALIZAÇÃO, REJEIÇÃO PARTIDÁRIA E DEMOCRACIA

O Brasil apresenta características institucionais e contextuais que tornam o estudo da relação entre extremismo e antipartidarismo especialmente frutífero. Trata-se de uma democracia relativamente jovem, com sistema multipartidário altamente fragmentado, baixos níveis históricos de

identificação partidária e uma trajetória recente marcada por crises políticas profundas. A conjunção desses elementos cria um cenário no qual o argumento desenvolvido nas seções anteriores tem plausibilidade teórica e empírica.

5.1 O ELEITORADO BRASILEIRO E A (DES)ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Durante décadas, a literatura sobre comportamento eleitoral no Brasil sustentou que o eleitorado nacional não era ideologicamente orientado. Almeida (2001), Singer (2002), Rennó e Cabello (2010) e Oliveira e Turgeon (2015) documentaram que a maioria dos cidadãos brasileiros não sabia diferenciar esquerda de direita, ou utilizava esses rótulos de forma inconsistente com suas preferências de política pública. Carreirão (2002), por exemplo, mostrou que a orientação ideológica era restrita a parcelas mais escolarizadas do eleitorado. Essa literatura consolidou uma visão do Brasil como um caso de baixa estruturação ideológica das preferências políticas de massa, em linha com os achados de Converse (1964) sobre a natureza das crenças políticas em democracias de massa.

Pesquisas mais recentes, no entanto, revelaram que essa relação é contextual e dinâmica. Ames e Smith (2010) sugeriram que o impacto da ideologia varia conforme a politização do ambiente. Ademais, Fuks e Marques (2021) demonstraram empiricamente que as eleições de 2018 representaram um ponto de inflexão nesse padrão: houve um aumento expressivo da consistência ideológica do voto, especialmente no campo da direita. Em 2018, a auto-identificação ideológica à direita cresceu de forma significativa, e o posicionamento ideológico passou a ter maior impacto sobre o comportamento eleitoral do que em pleitos anteriores. O crescimento do extremismo ideológico — mensurado pelo posicionamento nos extremos da escala esquerda-direita —, portanto, pode ter ocorrido precisamente no mesmo período em que o antipartidarismo generalizado atinge seus maiores níveis históricos no Brasil, sugerindo que os dois fenômenos podem não ser independentes.

5.2 A TRAJETÓRIA DO ANTIPARTIDARISMO NO BRASIL

O campo de estudos sobre antipartidarismo no Brasil é relativamente recente (CHELIDONOPOULOS, 2022). Os primeiros trabalhos sobre o identificação partidária no país focavam principalmente na identificação partidária positiva, documentando sua instabilidade e sua concentração em torno do PT (CARREIRÃO; KINZO, 2004; KINZO, 2005; SAMUELS, 2006; BRAGA; PIMENTEL JR., 2011). O PT foi, desde suas origens, um caso atípico no sistema partidário brasileiro: sua estrutura organizacional sólida, seus vínculos com movimentos sociais e sua capacidade de criar raízes na sociedade civil o tornaram o único partido capaz de concentrar identificação positiva em escala expressiva (SAMUELS, 2006; KINZO, 2005).

Essa singularidade do PT explica por que o antipartidarismo no Brasil se desenvolveu, inicialmente, na forma de antipetismo — rejeição específica ao Partido dos Trabalhadores. À medida

que o PT concentrava afeto partidário positivo, passou a concentrar também rejeição intensa: uma parcela crescente do eleitorado definia sua identidade política, ao menos parcialmente, em oposição ao partido (SAMUELS; ZUCCO, 2018; BORGES; VIDIGAL, 2018; PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016; RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016). Samuels e Zucco (2018) documentam como, até meados da década de 2010, antipartidarismo e antipetismo eram praticamente sinônimos no Brasil. De acordo com os autores, o sistema partidário se organizava em torno da atração e da rejeição ao PT, tornando esse partido o principal eixo estruturador das atitudes eleitorais.

A partir de 2013, esse cenário começou a se transformar. As Jornadas de Junho expressaram uma insatisfação ampla com o sistema político que transbordava a rejeição ao PT: manifestantes de diferentes perfis ideológicos foram às ruas rejeitando o *establishment* político de forma mais genérica. A Operação Lava Jato, iniciada em 2014, a crise econômica, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a crise de representação que se seguiu contribuíram para expandir a desafeição do PT para o conjunto do sistema. Fuks, Ribeiro e Borba (2020; 2021) documentam essa transição: o antipartidarismo generalizado, em que o indivíduo rejeita simultaneamente os três principais partidos do sistema (PT, PSDB e MDB), cresceu de forma expressiva entre 2014 e 2018, passando de 25,5% para 34,1% do eleitorado, enquanto os não-antipartidários caíram de 58,7% para apenas 38,6%. Por mais que os sentimentos de petismo e antipetismo continuem atuando como engrenagens de polarização política (BELLO; 2023), a rejeição partidária mais ampla emerge recentemente de forma expressiva no eleitorado.

Esse dado é particularmente relevante à luz do argumento deste artigo. Foi no contexto de maior crise política e polarização que o antipartidarismo generalizado mais cresceu, exatamente as condições que, segundo os mecanismos propostos nas seções anteriores, deveriam potencializar sua associação com o extremismo ideológico. A pergunta que permanece em aberto, e que demanda investigação empírica, é em que medida essa coincidência temporal é também uma associação substantiva: ou seja, se são os mesmos indivíduos que se radicalizam e que também passam a rejeitar o sistema partidário de forma mais ampla.

5.3 2018 E A CONFLUÊNCIA DE EXTREMISMO E ANTIPARTIDARISMO

As eleições presidenciais de 2018 representaram um momento de confluência dos dois fenômenos aqui discutidos. A candidatura de Jair Bolsonaro reuniu, em torno de si, um eleitorado marcado por insatisfação com o sistema político e por posicionamentos mais conservadores no espectro ideológico. Hunter e Power (2019) descrevem como múltiplas crises acumuladas — recessão econômica, escândalos de corrupção e violência urbana — tornaram os partidos estabelecidos vulneráveis e criaram espaço para um candidato antissistema. Argumentamos que o extremismo, em especial de direita, e o antipartidarismo foram componentes importantes de um fenômeno

multidimensional no ano eleitoral. Em particular, aqueles que possuem elevada rejeição partidária também deveriam ser aqueles com posicionamentos ideológicos mais radicais, já que ambos os fenômenos refletiriam uma rejeição à política representativa tradicional e aos partidos estabelecidos como canais legítimos de representação.

Ademais, ambos os fenômenos parecem ter contribuído para o sucesso eleitoral de Bolsonaro. Fuks e Marques (2021), apesar de não focarem no extremismo em si, mostram que o impacto da orientação ideológica de direita sobre o voto foi estatisticamente mais forte em 2018 do que em eleições anteriores, indicando que a reorganização ideológica do eleitorado teve consequências eleitorais diretas. Ao mesmo tempo, Fuks, Ribeiro e Borba (2020; 2021) documentam que o antipartidarismo generalizado foi um preditor relevante do voto em Bolsonaro, mediado em parte pelo discurso antissistema do candidato.

Nesse cenário, o contexto de 2018 reuniu precisamente as condições que, segundo o argumento deste artigo, potencializam a relação entre extremismo e antipartidarismo: alta polarização, profunda crise de representação, desconfiança generalizada nos partidos e nas instituições políticas, e a presença de uma liderança antissistema capaz de mobilizar esses sentimentos em um projeto eleitoral coerente. A crise da democracia brasileira que se seguiu a esse processo, analisada por Avritzer e Rennó (2026) em suas múltiplas dimensões, não pode ser plenamente compreendida sem considerar o papel que o extremismo ideológico e o antipartidarismo generalizado desempenharam na erosão do sistema representativo.

5.4 O BRASIL NO DEBATE COMPARADO

O caso brasileiro oferece contribuições relevantes para o debate internacional por duas razões principais. Em primeiro lugar, o Brasil é uma democracia do Sul Global com sistema multipartidário altamente fragmentado, o que contrasta com a maioria dos estudos sobre extremismo e antipartidarismo concentrados em democracias bipartidárias (Estados Unidos) ou de sistemas partidários mais antigos (Europa Ocidental). Nesse contexto multipartidário, o extremismo ideológico assume características distintas: não está associado a partidos específicos nos extremos do espectro (como ocorre com partidos de extrema direita na Europa), mas a posicionamentos individuais em uma escala contínua, num sistema em que a maioria dos partidos não tem identidade ideológica clara (CARREIRÃO; KINZO, 2004; SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Em segundo lugar, a trajetória brasileira ilustra como a relação entre extremismo e antipartidarismo é modulada pelo contexto político. A comparação entre diferentes momentos do ciclo político brasileiro, especialmente antes e depois do período de crise intensa a partir de 2013, permite observar como os mesmos fenômenos se manifestam de forma distinta em condições diferentes. Essa dependência contextual tem implicações para democracias que enfrentam conjunturas similares de

crise, polarização e ascensão de lideranças antissistema, um fenômeno crescentemente comum na política contemporânea global (MAINWARING; PÉREZ-LIÑÁN, 2013; INGLEHART; NORRIS, 2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

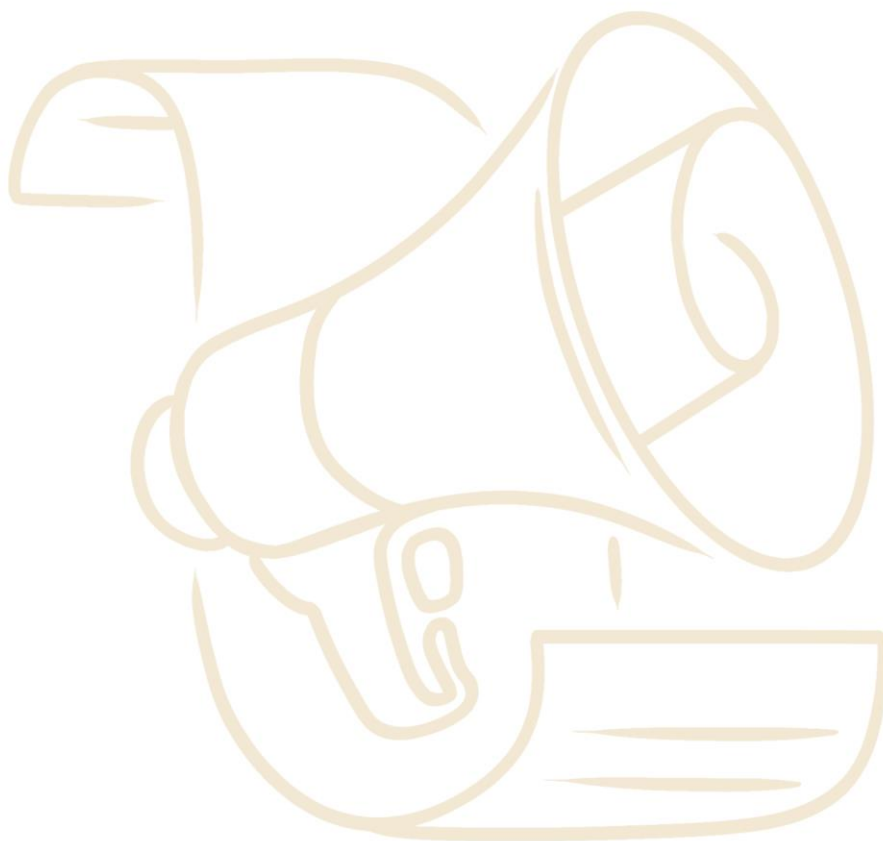
Este artigo buscou mapear o debate sobre antipartidarismo e extremismo ideológico e construir um argumento teórico sobre a relação entre esses dois fenômenos no contexto brasileiro. A revisão da literatura revela que, embora ambos os campos de estudo tenham avançado recentemente, tanto na produção internacional quanto na brasileira, o diálogo entre eles permanece escasso e pouco sistematizado, constituindo uma lacuna relevante para a agenda de pesquisa em comportamento político.

O argumento central deste trabalho é que extremismo ideológico e antipartidarismo não são necessariamente fenômenos independentes. Dois mecanismos conectam-nos teoricamente: o primeiro, de natureza representativa, sugere que eleitores extremos tendem a encontrar menos representação nos partidos *mainstream*, gerando rejeição ao sistema partidário; o segundo, contextual e afetivo, aponta que em cenários de alta polarização e crise política, a hostilidade emocional associada ao extremismo se estende ao sistema partidário como um todo, especialmente quando lideranças antissistema oferecem uma alternativa de identidade política. Ambos os mecanismos são sensíveis ao contexto: a relação entre extremismo e antipartidarismo tende a ser mais forte em momentos de crise institucional e alta polarização, e mais fraca em períodos de maior estabilidade política.

O Brasil, com sua trajetória de crises acumuladas entre 2013 e 2018 e com o crescimento simultâneo do conservadorismo de direita e do antipartidarismo generalizado, constitui um caso empiricamente relevante para explorar essa relação. O contexto das eleições de 2018, marcado pela ascensão de Bolsonaro, pela crise dos partidos estabelecidos e pela intensificação da polarização afetiva, reuniu as condições que, segundo o argumento aqui desenvolvido, potencializam a associação entre os dois fenômenos. Argumentamos que essa confluência, como Avritzer e Rennó (2026) analisam em perspectiva multidimensional, constitui um elemento importante para compreender a crise democrática brasileira do período.

A agenda de pesquisa aberta por essas reflexões é ampla. Em primeiro lugar, é necessário investigar empiricamente a associação entre extremismo ideológico e antipartidarismo em suas diferentes formas (moderado e generalizado), controlando por outros determinantes já estabelecidos na literatura, como avaliação de governo, características sociodemográficas e confiança institucional. Em segundo, cabe examinar em que medida cada um dos dois mecanismos aqui propostos, o representativo e o contextual-afetivo, predomina em diferentes momentos do ciclo político, e como a intensidade de crises institucionais modula essa relação. Em terceiro, é preciso examinar a trajetória

temporal dessa relação no Brasil: se ela é mais forte em 2018 do que em 2014 — como o argumento de dependência contextual sugere —, isso forneceria evidência de que o contexto de polarização e crise é, de fato, um condicionante relevante. Por fim, resta verificar em que medida os padrões observados no Brasil se replicam em outros contextos latino-americanos com dinâmicas similares de crise, radicalização e emergência de candidatos antissistema. Responder a essas perguntas é fundamental não apenas para avançar nosso conhecimento sobre comportamento político, mas para entender as condições que tornam frágeis as democracias contemporâneas.



REFERÊNCIAS

ABRAMOWITZ, Alan I. *The Disappearing Center: Engaged Citizens, Polarization, and American Democracy*. New Haven: Yale University Press, 2010.

ABRAMOWITZ, Alan I.; WEBSTER, Steven W. Negative Partisanship: Why Americans Dislike Parties but Behave Like Rabid Partisans. *Political Psychology*, v. 39, n. S1, p. 119-135, 2018. DOI: 10.1111/pops.12479.

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A Cabeça do Eleitor*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

AMES, Barry; SMITH, Amy Erica. Knowing Left from Right: Ideological Identification in Brazil, 2002-2006. *Journal of Politics in Latin America*, v. 2, n. 3, p. 3-38, 2010.

AVRITZER, Leonardo; RENNÓ, Lucio (Eds.). *The Crisis of Democracy in Brazil*. Cham: Springer Nature Switzerland, 2026. (Latin American Societies). ISBN: 978-3-032-10789-3.

CHELIDONOPOULOS, Laura Beghini. A evolução dos estudos do antipartidarismo no Brasil: uma análise descritiva. *Revista Textos Graduated*, v. 8, n. 1, p. 88-101, 2022.

BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 42-68, 2023. DOI: 10.1590/1807-0191202329142.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Opinião Pública*, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018. DOI: 10.1590/1807-01912018241053.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; PIMENTEL JR., Jairo. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? *Opinião Pública*, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. *The American Voter*. Chicago: University of Chicago Press, 1960.

CARREIRÃO, Yan de Souza. A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras. *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 187-224, 2002.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva Gil. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). *Dados — Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004.

CONVERSE, Philip E. The Nature of Belief Systems in Mass Publics. In: APTER, David E. (Ed.). *Ideology and Discontent*. New York: Free Press, 1964. p. 206-261.

DAHL, Robert A. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DALTON, Russell J.; FLANAGAN, Scott; BECK, Paul Allen (Eds.). *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment?* Princeton: Princeton University Press, 1984.

DOWNS, Anthony. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper & Row, 1957.

ELLIS, Christopher; STIMSON, James A. *Ideology in America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

FELDMAN, Stanley. Structure and Consistency in Public Opinion: The Role of Core Beliefs and Values. *American Journal of Political Science*, v. 32, n. 2, p. 416-440, 1988.

FUKS, Milton; MARQUES, Pedro Henrique. Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018. *Opinião Pública*, Campinas, v. 26, n. 3, p. 401-430, 2021.

FUKS, Milton; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Brazilian Elections. *Brazilian Political Science Review*, v. 15, n. 1, 2020. DOI: 10.1590/1981-3821202000010004.

FUKS, Milton; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Antipartisanship and Political Tolerance in Brazil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 76, e007, 2021.

GRAHAM, Matthew H.; SVOLIK, Milan W. Democracy in America? Partisanship, Polarization, and the Robustness of Support for Democracy in the United States. *American Political Science Review*, v. 113, n. 2, p. 392-409, 2019.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy J. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 1, p. 68-82, jan. 2019.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pippa. *Cultural Backlash: Trump, Brexit, and Authoritarian Populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

IYENGAR, Shanto; SOOD, Gaurav; LELKES, Yphtach. Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization. *Public Opinion Quarterly*, v. 76, n. 3, p. 405-431, 2012.

JOU, Willy. Ideological radicalism and democratic experience in new democracies. *Democratization*, v. 23, n. 4, p. 592-612, 2016.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, p. 65-81, 2005.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIPSET, Seymour Martin. *Political Man: The Social Bases of Politics*. New York: Doubleday, 1959.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage Structures, Party Systems, and Voter Alignments: An Introduction. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (Eds.). *Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives*. New York: Free Press, 1967. p. 1-64.

MAINWARING, Scott; PÉREZ-LIÑÁN, Aníbal. *Democracies and Dictatorships in Latin America: Emergence, Survival, and Fall*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Party System Institutionalization and Party System Theory after the Third Wave of Democratization. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (Eds.). *Handbook of Party Politics*. London: Sage, 2006. p. 204-227.

MEDEIROS, Marcelo; NOËL, Alain. The Forgotten Side of Partisanship: Negative Party Identification in Four Anglo-American Democracies. *Comparative Political Studies*, v. 47, n. 7, p. 1022-1046, 2014.

MESEGUER YEBRA, Covadonga. Sentimientos antipartidistas en el Cono Sur: un estudio exploratorio. *América Latina Hoy*, v. 18, p. 99-112, 1998.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. Studying Populism in Comparative Perspective: Reflections on the Contemporary and Future Research Agenda. *Comparative Political Studies*, v. 51, n. 13, p. 1667-1693, 2018. DOI: 10.1177/0010414018789490.

NORRIS, Pippa. *Radical Right: Voters and Parties in the Electoral Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

OLIVEIRA, Vanessa Elias; TURGEON, Mathieu. Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro. *Opinião Pública*, Campinas, v. 21, n. 3, p. 574-600, 2015.

ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio Moretto; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, Campinas, v. 28, n. 1, p. 62-91, 2022.

PAIVA, Denise; KRAUSE, Silvana; LAMEIRÃO, Adriana Paz. O eleitor antipetista: partidatismo e avaliação retrospectiva. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

POGUNTKE, Thomas. Anti-Party Sentiment: Conceptual Thoughts and Empirical Evidence. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, p. 319-344, 1996.

POGUNTKE, Thomas; SCARROW, Susan. The Politics of Anti-Party Sentiment: Introduction. *European Journal of Political Research*, v. 29, n. 3, p. 257-262, 1996.

RENNÓ, Lucio. The Bolsonaro Voter: Issue Positions and Vote Choice in the 2018 Brazilian Presidential Elections. *Latin American Politics and Society*, v. 62, n. 4, p. 1-23, 2020. DOI: 10.1017/lap.2020.13.

RENNÓ, Lucio; CABELLO, Andrea. As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 39-60, 2010.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Participação Política, Extremismo Ideológico e Dogmatismo. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, v. 29, n. 2, 2020.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

ROGOWSKI, Jon C. Electoral Choice, Ideological Conflict, and Political Participation. *American Journal of Political Science*, v. 58, n. 2, p. 479-494, 2014.

ROGOWSKI, Jon C.; SUTHERLAND, Joseph L. How Ideology Fuels Affective Polarization. *Political Behavior*, v. 38, n. 2, p. 485-508, 2016.

ROSE, Richard; MISHLER, William. Negative and Positive Party Identification in Post-Communist Countries. *Electoral Studies*, v. 17, n. 2, p. 217-234, 1998.

SAMUELS, David. Sources of Mass Partisanship in Brazil. *Latin American Politics and Society*, v. 48, n. 2, p. 1-27, 2006.

SAMUELS, David; ZUCCO JR., Cesar. *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans: Voting Behavior in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SINGER, André. Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994. São Paulo: Edusp, 2002.

STIMSON, James A. *Tides of Consent: How Public Opinion Shapes American Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SVOLIK, Milan W. Polarization versus Democracy. *Journal of Democracy*, v. 30, n. 3, p. 20-32, 2019.

TORCAL, Mariano; GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón. Anti-Party Sentiments in Southern Europe. In: GUNTHER, Richard; MONTERO, José Ramón; LINZ, Juan J. (Eds.). *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 257-290.

